

VITAL, Clemência Maia. *Da paz social à hegemonia do capital: o SESI/AM na educação do trabalhador*. Rio de Janeiro, FGV, 1985. 202p. tese (mestrado)

*Com a finalidade de questionar o ensino supletivo numa conjuntura atual, bem como as práticas sociais de saúde e lazer dirigidas aos trabalhadores amazonenses, a autora, educadora no SESI durante vários anos, analisa, segundo uma perspectiva crítica, a prática educativa desenvolvida pelo SESI de Manaus.*

*Vital justifica a relevância do presente estudo fundamentando-se no fato de que a ideologia da instituição pesquisada não sofre variações ao longo do território nacional.*

*Embora tenham sido utilizados basicamente dados da escola do SESI situada na empresa Brasiljuta (Manaus-AM) para esta análise, foram também utilizados dados de outras unidades do SESI para efeito de complementação.*

*O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, "O SESI e sua política social", é analisado o sistema pedagógico adotado pela instituição; o segundo, "As práticas sociais na relação SESI/AM e educação do trabalhador", discute as áreas de saúde e lazer; e no terceiro, "Análise da prática do SESI/AM na relação aluno-trabalhador", objeto principal do presente estudo, são focalizados diversos aspectos, destacando-se o da escola como um espaço que, por suas contradições, pode oferecer ao aluno/trabalhador elementos para sua organização, contrariando assim os interesses do empresariado.*

*Como ponto de partida são estabelecidas duas questões básicas: a) pode uma instituição patronal servir aos interesses do trabalhador? b) seria*

*possível o SESI estar desenvolvendo, através de suas práticas educativas, a consciência crítica em seus alunos? Esta última questão fundamenta-se em uma perspectiva gramsciana da escola, na qual as práticas educativas, por serem contraditórias, podem tornar-se fonte de "organização e aglutinação dos interesses das classes trabalhadoras".*

*A pesquisa utilizou grupos de dados denominados primários e secundários. Os primários, constituídos por observação direta, participação nas atividades com alunos e entrevistas com o corpo docente e discente. Dos secundários constam relatórios, publicações, estudos e conclusões de encontros sobre a coordenação do SESI — Departamento Nacional e SESI/AM.*

*No primeiro capítulo, a partir da análise do contexto histórico, político e social no qual foi criado o SESI/AM, a autora procura averiguar em que medida a pedagogia desenvolvida por esta instituição visa preservar os interesses da classe empresarial ou pode, a partir de suas contradições, servir de fator de conscientização e organização da classe trabalhadora. Dirigido e organizado pela Confederação Nacional da Indústria, o SESI tem como metas explícitas, a função de valorizar a pessoa do trabalhador, promover seu bem estar social, desenvolver seu espírito de solidariedade e melhorar seu padrão de vida, além de buscar aumento na produtividade industrial. Na realidade, porém, a política social dessa instituição valoriza a força de trabalho enquanto produtora de mais-valia, prestando serviços precários a um operário mal remunerado, discriminando desempregados e aposentados, evitando conflitos e resolvendo, de acordo com os interesses da classe empresarial, o problema do absenteísmo.*

*Não é difícil compreender essa política, explica a autora, se observarmos que a criação desse órgão deveu-se sobretudo a um mecanismo de*

---

política social do Estado, objetivando manter o equilíbrio e a estabilidade sociais ameaçados no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e conformar a classe trabalhadora ao modelo capitalista emergente. Visou também combater o comunismo, que surgia para o empresariado como uma ameaça naquele momento, já que trabalhadores provenientes de outros países, mais politizados, exerciam influência sobre o operariado brasileiro.

Conclui, assim, que o SESI, desde sua gênese, está comprometido com a classe empresarial, procurando favorecer basicamente a elevação da produtividade na indústria. Para que haja alterações significativas neste quadro, declara a autora, faz-se necessária uma mudança radical a nível político, econômico e estrutural, que rompa com a ideologia burguesa que se encontra no cerne de suas propostas.

Para melhor compreensão da política adotada, Vital faz referências, ainda no primeiro capítulo, a diferentes tipos de atividades realizadas pelo SESI em âmbito nacional.

São levantadas críticas a todos os níveis de ensino propostos por essa instituição, entre elas a pré-escola, onde é questionado o programa da mãe substituta, em funcionamento nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É contestada a precariedade da formação do pessoal que nele atua, os baixos salários a ele conferidos e a repercussão dessa tarefa na atividade do professor primário.

No ensino supletivo não se verifica a preocupação de adequar o conteúdo programático às condições intelectuais e à realidade do aluno, sendo utilizada aí a "metodologia empacotada do MOBRAF ou educação integrada", duramente criticada pela autora.

Para os períodos de quinta a oitava séries, foi empreendido, inicialmente no DF, um sistema de ensino personalizado, que os estados do Ceará, Rio de Janeiro e Amazonas posteriormente adotaram. Tido como modelo, este sistema procura estimular nos alunos a capacidade de ação pe-

rante situações-problema, através da pesquisa, reflexão, julgamento, discernimento, conclusão e execução, sendo respeitado o ritmo do aluno.

Embora essa proposta esteja baseada nos processos de análise e crítica utilizados sistematicamente na pedagogia crítica e/ou revolucionária, os módulos de ensino são preparados em Brasília e adotados sem adequação à realidade local. Além disto, seu conteúdo é repetido todos os anos.

Quanto ao programa de artesanato mantido em Salvador, ao qual estão vinculados os artesãos baianos, questiona-se uma possível deformação no produto local, com a introdução de padrões alienígenas, já que o mesmo vem exportando, desde 1982, peças artesanais para diversos países.

Em relação ao sistema educacional geral do SESI, são citados dois tipos de dificuldades encontradas: a nível técnico-pedagógico e a nível político-administrativo, destacando-se, quanto a este último, a ausência de critérios explícitos na definição de uma política educacional, o que dificulta perceber os fundamentos das decisões e detectar o que é proposto a curto, médio e longo prazos.

No segundo capítulo são analisadas as ações do SESI em indústrias de Manaus, nas áreas de saúde e lazer, utilizadas, segundo a autora, como estratégias de hegemonia do capital.

Discorre ainda sobre o processo de industrialização na Amazônia, assim como a respeito da prioridade de atendimento dada pelo SESI/AM às pequenas e médias indústrias, quando são discutidos os impasses enfrentados pelos profissionais da instituição face às atividades realizadas dentro das indústrias.

Apenas na década de 60 foi iniciada uma política de ocupação da Amazônia, o que veio beneficiar o capital e trouxe desvantagens à força de trabalho na região. Naquele período, o Estado proporcionou incentivos

---

*fiscais e créditos ao capital nacional e estrangeiro na região, contribuindo de forma decisiva para o agravamento da situação referente ao "uso, propriedade, posse e domínio da terra".*

*A política de ocupação de espaços vazios, realizada através dos distritos agropecuários, segundo a doutrina de segurança nacional, ao promover a colocação de rebanhos, expulsou o homem da terra, assegurando a submissão dos trabalhadores ao capital nos grandes centros, para onde estes se dirigiram e se concentraram empobrecidos; a população de Manaus representa atualmente 44% do contingente populacional do estado.*

*São essas, portanto, as condições sociais encontradas na Amazônia, onde os industriais facilmente manipulam, em seu benefício, as condições de trabalho locais.*

*Ao SESI cabe prestar serviços prioritariamente às pequenas e médias empresas, e às grandes apenas uma complementação, visto que elas, de modo geral, mantêm uma política de bem-estar social satisfatória. Todavia, onde esta política se faz mais necessária, surgem dificuldades no tocante a oportunizar ao operário usufruir desses serviços, tais como: a) a liberação do funcionário é circunscrita ao horário que antecede e sucede ao almoço, ou no final do expediente, o que corresponde ao seu período de descanso; b) recomenda-se que as extrações dentárias sejam realizadas às sextas-feiras ou aos sábados, para que o período de recuperação não coincida com o horário de trabalho; c) os supervisores não divulgam a existência de especialistas do SESI no local de trabalho; e d) a alta rotatividade de pessoal impede o controle e acompanhamento do mesmo por parte da instituição (ao serem despedidos, os operários perdem a assistência do SESI).*

*Sob o aspecto da saúde, Vital observa que no Brasil predomina atualmente a "medicina assistencial" a cargo do INPS e INAMPS e que, entre outros problemas graves, esse modelo não alcançou ainda resultados satisfatórios, situação facilmente comprovável através das estatísticas de acidentes no trabalho.*

*O SESI realiza, no âmbito da assistência médica, a análise das condições sanitárias e riscos ambientais em local de trabalho, efetuando, também, censos de tensiometria, dermatologia, oftalmologia, ginecologia, odontologia e abreugrafia, visando prevenir e curar doenças diagnosticadas nos operários. Entretanto, nas fábricas visitadas em Manaus, profissionais do SESI declaram não haver qualquer preocupação por parte das empresas em relação à saúde do trabalhador. Este, não apenas convive com os mais diversos riscos ambientais, como em caso de acidentes não conta com ambulatórios no local de trabalho. Por outro lado, como o fator saúde é utilizado para justificar demissões, mesmo doente o operário evita procurar assistência médica ou odontológica.*

*A nível de lazer, Vital esclarece inicialmente que a sua simples prática ou a dos esportes não os caracteriza como ação educativa. O que pode qualificá-los como tal é o fato de serem apresentados de acordo com a disposição e a história do grupo a que se destinam, devendo refletir preocupação com o momento histórico e a sociedade na qual estão inseridos.*

*Observa-se, do ponto de vista da prática do lazer oferecida pelo SESI em Manaus, que as propostas existentes não levam em conta as preferências e as necessidades do trabalhador, sendo insuficientes e inadequadas à realidade da maioria da classe trabalhadora. Além disto, para a minoria de operários que delas podem usufruir, o lazer escamoteia uma real proposta educativa, já que sua prática não propicia ao trabalhador a conscientização da importância das práticas de grupo no tocante ao fortalecimento das decisões individuais, o desenvolvimento da solidariedade ou mesmo a recuperação do desgaste físico no trabalho.*

*No último capítulo, Vital concentra-se na análise da escola localizada na fábrica Brasiljuta, fornecendo dados referentes ao funcionamento deste estabelecimento escolar, sobre professores e alunos, além de tecer considerações sobre as contradições do trabalho desenvolvido pelo SESI no local. A escola Brasiljuta funciona em convênio SESI-Brasiljuta desde*

---

1967, por solicitação da fábrica, com o objetivo de atender os operários que ali trabalham. Há no local duas turmas, com 80% de operários da própria indústria e 20% de empregados de fábricas próximas, desempregados e empregadas domésticas.

Na relação escola/fábrica, a autora levanta três questões básicas. A primeira argumenta que a fábrica prescinde da escola, na medida em que possui recursos para admitir funcionários sem escolarização, realizar treinamentos e impor normas, o que propicia condições para que ela forme pessoal submisso e preparado para exercer apenas uma função restrita no sistema de produção. Além disso, é comum que a fábrica torne difícil ao aluno freqüentar a escola, uma vez que pode mudá-lo de setor provocando aumento em sua carga de trabalho ou mesmo despedi-lo do emprego.

A segunda questão evidencia uma aparente contradição em relação à primeira: diz respeito à escola como um sistema que reflete a sociedade capitalista, determinando conteúdos a serem recebidos passivamente pelo aluno e, por via de consequência, torna-se imprescindível à fábrica.

A terceira aborda a escola como um espaço mediador do sistema, no qual o aluno pode adquirir visão crítica da realidade, organizar-se em classes e participar da transformação social. Esta prática pode ocorrer desde que o professor assuma uma postura voltada para os interesses do aluno-trabalhador, possibilitando-lhe realizar a integração entre o mun-

do escolar e o mundo do trabalho e ainda adquirir uma consciência de classe.

Vital registra, como um dado significativo, a preocupação por parte dos que assistem os operários em buscar estratégias que sejam úteis à fábrica e ao trabalhador, preocupação esta evidenciada em relatórios enviados à direção das empresas e constatada em depoimentos de técnicos, colhidos pela autora. Este fator contribui para mudanças na prática educativa, juntamente com o fato de que muitas vezes o aluno resiste aos conteúdos e à metodologia escolar, comportando-se passiva ou agressivamente, ou mesmo evadindo-se da escola. Este aluno leva à sala de aula as dificuldades sócio-econômicas a que está submetido no dia-a-dia e exige, a partir de seu comportamento, uma escola comprometida com a classe proletária.

Considerando as informações colhidas pela pesquisa com relação às práticas educativas a nível de lazer, saúde e escola, a autora pondera que, apesar de haver indícios de mudanças nessas práticas a partir de 1983, verifica-se que o SESI permanece basicamente comprometido com o empresariado. Para que tal situação seja modificada, é de fundamental importância a reformulação profunda de sua política social via mudanças no contexto social (da sociedade como um todo), já que a problemática vivenciada nas fábricas é apenas reflexo desse contexto. (Nadja Valle de Carvalho Loureiro)